

## EDUCAÇÃO PERMANENTE:

o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação para a qualificação profissional

Luzana Mackevicius Bernardes<sup>1</sup>

Paulo Ângelo Lorandi<sup>2</sup>

Ysabely de Aguiar Pontes Pamplona<sup>3</sup>

Lourdes Conceição Martins<sup>4</sup>

### RESUMO

O desenvolvimento de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) é uma importante estratégia de educação em Saúde. Quando aplicada na perspectiva da Educação Permanente em Saúde (EPS), possibilita a transformação da práxis dos profissionais. Assim, a tele-educação interativa pode viabilizar o acesso dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS) à formação e qualificação profissional. O presente estudo tem por objetivo analisar a implantação da tele-educação interativa sobre tuberculose para os profissionais da atenção primária à saúde em um município da região Metropolitana da Baixada Santista. Focaliza avanços e limites da educação a distância (EaD) como integrante do Programa de Educação Permanente. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, pela análise do conteúdo. Como resultado, ressalta o caráter prático do EaD que possibilitou, horários flexíveis, causando impacto transformador na prática cotidiana e explicitou a necessidade de mais apoio dos gestores de todos os níveis para disponibilizar mais tempo e estrutura de acesso a essa ferramenta. Conclui-se que a tele-educação interativa é de grande relevância para a qualificação do profissional da atenção primária à saúde e, conseqüentemente, tem impacto positivo na melhoria da qualidade e resolutividade do atendimento ao usuário do SUS.

**Palavras-chave:** Tuberculose; Tele-educação; Educação permanente.

<sup>1</sup>Doutorado em Saúde Coletiva - Universidade Católica de Santos. E-mail: luzana.bernardes@unisantos.br

<sup>2</sup>Doutorado em Educação - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: plorandi@unisantos.br

<sup>3</sup>Doutorado em Saúde Coletiva - Universidade Católica de Santos. E-mail: ysabelypamplona@unisantos.br

<sup>4</sup>Doutorado em Ciências - Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. E-mail: lourdesc@unisantos.br



## PERMANENT EDUCATION:

the use of Information and Communication Technologies for professional qualification

### ABSTRACT

The development of Information and Communication Technologies (ICT) is an important health education strategy. When applied to the perspective of Permanent Education in Healthcare (EPS), it allows for the transformation of the professional praxis. Therefore, the interactive education enables workers in the Unified Health System (SUS) to access professional skills and education. The goal of this study is to analyze the implementation of interactive education on tuberculosis for Primary Health Care professionals in a municipality within the Santos Metropolitan Area, Brazil. Its focus is on the advances and limitations of Distance Learning (EAD) as part of the Permanent Education Program. It is a qualitative study based on context analysis, and it highlights the practical nature of EaD and how, with flexible schedules, it has had a transforming impact on everyday practice. It has also highlighted the need for further support from all levels of administration to offer more time and access structure for the tool. It has been concluded that interactive education is of great relevance for Primary Health Care professional skills and, therefore, has a positive impact on improvements in quality and problem-solving solutions for SUS users.

**Keywords:** Tuberculosis; Distance Education; Continuing Education.

## EDUCACIÓN PERMANENTE EN LA SALUD:

el uso de Tecnologías de Información y Comunicación para la calificación profesional

### RESUMEN

El desarrollo de Tecnologías de Información y Comunicación (TIC) es una importante estrategia de educación en la Salud. Cuando aplicada en la perspectiva de la Educación Permanente en la Salud (EPS), posibilita la transformación de las praxis de los profesionales. Siendo así, la teleeducación interactiva, permite el acceso a los trabajadores del Sistema Único de Salud (SUS) a la graduación y calificación profesional. La presente investigación tiene como objetivo analizar la implementación de la teleeducación interactiva al respecto de la tuberculosis para los profesionales de la atención primaria a la salud en un municipio de la región Metropolitana de la Baixada Santista. Enfoca avances y límites de la educación



a distancia (EAD) como parte del Programa de Educación Permanente. Se refiere a una investigación cualitativa, por el análisis del contenido, y resaltó el carácter práctico del (EAD), que, con horarios flexibles, tuvo un impacto transformador en la práctica de cada día y explicitó la necesidad de más apoyo de los gestores en todos los niveles para proporcionar más tiempo y estructura de acceso a esta herramienta. Se concluye que la educación interactiva, es de gran relevancia para la cualificación del profesional de la atención primaria a la salud y, en consecuencia, tiene un impacto positivo en la mejora de la calidad y resolución del atendimento al usuario del SUS.

**Palabras clave:** Tuberculosis; Teleeducación; Educación permanente.

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) se destaca entre as ações de educação na saúde, desempenhando papel facilitador e fundamental para a reforma dos sistemas de saúde, na melhoria do acesso aos serviços, no desenvolvimento da qualidade do atendimento e da qualificação profissional. Diferentes ações têm sido implementadas e operacionalizadas por meio das TIC (Lorenzetti *et al.*, 2012; Oliveira *et al.*, 2015; Farias; Rocha; Cavalcante, 2017).

No que diz respeito as ações de educação permanente em saúde (EPS), a TIC é uma importante estratégia de educação para saúde, que pode ser utilizada de diversas formas, com potencialidades inovadoras (Farias; Rocha, Cavalcante, 2017; França, Rabello; Magnano, 2019; Pinto, 2016; Merhy; Gomes, 2016).

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) instituída por meio da Portaria GM/MS nº198/2004 teve suas diretrizes de implementação publicadas na Portaria GM/MS nº1.996, de 20 de agosto, de 2007 (Brasil, 2004; Brasil, 2007). Atualmente suas diretrizes estão apresentadas na Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017 e define todas as normativas para a sua organização e efetivação, instituindo novas diretrizes e adequando-se ao regulamento do Pacto pela Saúde (Brasil, 2007; Brasil, 2009).

A EPS é uma política em cumprimento às determinações do Sistema Único de Saúde (SUS), com a responsabilidade constitucional de ordenar a formação de recursos humanos para a área de saúde e de incrementar, na sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico (Brasil, 2007).



A PNEPS critica a estratégia normalmente escolhida para capacitação profissional para o trabalho em saúde, a qual “consiste na transmissão de conhecimentos dentro da lógica do ‘modelo escolar’, com o intuito de atualizar novos enfoques, novas informações ou tecnologias na implantação de uma nova política”. Também discorda do fato dos profissionais, para serem capacitados, que sejam colocados dentro de uma sala de aula “isolados” da realidade (Brasil, 2009; Jesus, Rodrigues, 2022).

A busca para a melhoria da qualidade dos serviços está no aperfeiçoamento e no desenvolvimento profissional contínuo, assim, o grande avanço qualitativo para a educação é a internet como instrumento, que possibilitou vários arranjos da educação a distância, utilizando-se das TIC (Barbosa, 2015; Merhy; Gomes, 2016; França; Rabello; Magnago, 2019).

A tele-educação interativa é uma importante alternativa que possibilita o acesso dos trabalhadores do SUS à formação e qualificação profissional. Em alguns momentos históricos o Ministério da Saúde investiu nessa prática e é possível considerá-la, como realidade em alguns nichos dos serviços públicos. Quando aplicada na perspectiva da EPS, a TIC possibilita a transformação da práxis dos profissionais mediante a problematização do processo de trabalho (Jesus; Rodrigues, 2022).

Neste contexto, a tele-educação interativa, como Educação a distância (EaD), visa aperfeiçoar os processos de trabalho em saúde mediante o gerenciamento refletido criticamente por meio da EPS, permitindo qualificação de alcance nacional com baixo custo e elevada eficiência, contribuindo para a organização dos serviços, evitando deslocamento físico destes profissionais, que podem realizá-la no local de trabalho.

Apesar de todos os esforços a PNEPS, encontrou obstáculos para sua efetivação como política pública, e nesse contexto, diversos fatores dificultaram seu avanço, elencando-se questões como: financiamento insuficiente, dissonância entre ensino e as necessidades dos serviços do SUS, desarticulação entre saúde e o setor da educação, pouco incentivo aos trabalhadores, desvalorização por parte dos gestores, precária infraestrutura e a inexistência de instrumentos efetivos de avaliação dos resultados, assim, esses fatores limitaram o fortalecimento dessa política (Ferreira *et al.*, 2019; Silva; Scherer, 2020).

Entretanto, as expressivas evidências sobre a necessidade de qualificar os recursos humanos do SUS, trouxeram à tona, em 2017 a retomada da EPS na agenda das políticas públicas, fato também impulsionado pelos movimentos internacionais, como o da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), por meio da Estratégia de Recursos Humanos para o Acesso Universal à Saúde e a Cobertura Universal de Saúde, reforçava a educação permanente em saúde.



Assim, um novo cenário é construído surgindo o Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no Sistema Único de Saúde (PRO EPS-SUS), por meio da Portaria GM/MS 3.194, de 27 de novembro de 2017, instituída pelo Ministério da Saúde em 2017 (Brasil, 2017).

Destaca-se, que mais recentemente foi alterada pela Portaria GM/MS nº 1.574, de 8 de julho de 2021 (Brasil, 2021). Ainda no que se refere aos documentos ministeriais foram publicados em 2018, a Política Nacional de Educação Permanente e o Manual Técnico do Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no SUS PRO EPS-SUS (Brasil, 2018a; Brasil, 2018b).

Nesta perspectiva, diversas estratégias devem ser pensadas para atingir o objetivo da EPS de qualidade e atender as necessidades dos trabalhadores da saúde e da comunidade, assim, a Educação a distância (EaD), tele-educação interativa, é um caminho que permite otimizar os recursos da EPS constituindo-se em uma ferramenta de fácil acesso e dinâmica, compartilhando situações do cotidiano de trabalho, atendendo de forma interativa e coletiva as necessidades impostas pela rotina (Ceccim, 2005).

É importante destacar a diferença entre educação permanente e educação continuada. A definição de Educação Permanente em Saúde (EPS) adotada pelo Ministério da Saúde (MS), conforme estabelecida nas suas normativas, consiste na aprendizagem no trabalho, no qual o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações e ao trabalho (Brasil, 2004).

Um processo educativo efetivo pauta-se nas necessidades dos educandos e a qualificação dos profissionais que atuam na área da saúde e devem estar ancoradas em experiências e problematização do cotidiano dos processos de trabalho (Ceccim, Feuerwerker, 2004).

O desenvolvimento da TIC é considerado como um grande avanço qualitativo para a educação e possibilitou vários arranjos da educação a distância, nesse sentido, a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e da Organização Mundial da Saúde - OMS (2017), apontam para a importância do desenvolvimento de recursos humanos qualificados para atender às necessidades de saúde da população e defendem a utilização das TIC para apoiar a aprendizagem. Neste contexto, a atenção primária à saúde mostra-se como um cenário privilegiado para as ações de educação permanente, pois é considerada como ordenadora do cuidado à saúde em rede e vinculada aos territórios, constitui um espaço importante de produção de saúde (Ferreira *et al.*, 2019; Higashijim; Ferla; Santos, 2022).



A resignificação da EPS e sua retomada no cenário das políticas públicas, exige estratégias eficientes e atualizadas, portanto, o caminho para o uso das tecnologias é uma estratégia que deve ser mais explorada. Nesse sentido, busca-se alternativas de fácil acesso e ágeis, porém, há de se ter claro que essas modalidades devem estar ancoradas nos conceitos de EPS (Higashijim; Ferla; Santos, 2022; Ceccim; Feuerwerker, 2004).

A motivação para a realização desse estudo, se deu pelo interesse dos pesquisadores em compreender como a utilização das TICs, por meio da tele-educação interativa, pode contribuir para o fortalecimento da EPS nas unidades de atenção primária à saúde, assim como, conhecer os fatores facilitadores e dificultadores para a implantação desse modelo. Destaca-se, ainda, que a experiência aqui apresentada, de tele-educação interativa foi uma iniciativa pioneira na Região Metropolitana da Baixada Santista - RMBS. Neste contexto, o presente trabalho teve como objetivo analisar a implantação da tele-educação interativa em tuberculose (TB) como estratégia de EPS em um município da RMBS.

## 2 MÉTODO

Essa pesquisa caracteriza-se como estudo descritivo exploratório com abordagem qualitativa. A escolha do município de Praia Grande SP, que compõe um dos nove municípios da RMBS, como cidade piloto para sua implantação, é justificada considerando-se sua rede de atenção primária estruturada, principalmente com a expansão da Estratégia de Saúde da Família (ESF). É uma das principais referências na RMBS nos serviços e projetos desenvolvidos relativos à ESF, com cobertura de 100% da população. A opção do curso em EaD sobre Tuberculose decorre do cenário epidemiológico dessa doença na região, apresentando maior coeficiente de incidência comparado ao estado de São Paulo, e das dificuldades dos profissionais de saúde no manejo da doença, justificando, então, a escolha dessa temática (São Paulo, 2021).

A etapa inicial da pesquisa foi a elaboração de um curso em EaD sobre TB, em parceria com o Centro de Vigilância Epidemiológica do Estado de São Paulo, utilizando-se para sua implantação a estratégia da tele-educação interativa. Destaca-se que a construção do curso foi baseada na aplicação de uma estratégia educacional interativa por meio da educação a distância, trazendo à tona uma discussão reflexiva e crítica de situações do cotidiano de trabalho.

O estudo visou à concepção, estruturação, aplicação e análise de um curso em EaD sobre TB, voltado para a capacitação de profissionais que atuam nas unidades de atenção primária à saúde do município de Praia Grande. O universo da pesquisa compreendeu 30 profissionais da saúde entre enfermeiros, médicos e dentistas que atuam na ESF.





A orientação do curso seguiu a perspectiva da EPS, utilizando-se da estratégia pedagógica problematizadora para transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho, tomando como base as necessidades de saúde das pessoas e das populações (Ceccim; Feuerwerker, 2004). Após o término, como participantes da pesquisa foram considerados os 11 profissionais que concluíram o curso, e assim foram identificados de E1 a E11, esses profissionais foram contatados e solicitado para participarem da pesquisa. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Santos, CAAE número 30690214.1.0000.5536 e parecer número 693.573. Foram respeitados todos os preceitos éticos para a construção de pesquisas envolvendo seres humanos e obtida a anuência livre e consentida de todos os interessados e envolvidos. Após este procedimento, iniciou-se a etapa de categorização dos dados por meio da leitura exaustiva e repetitiva dos depoimentos transcritos, objetivando-se identificar as informações de maior relevância.

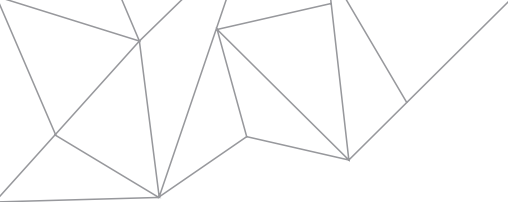
Como referencial teórico para interpretação dos resultados foi a análise do conteúdo, justificado pela necessidade de se conhecer em profundidade os sujeitos da pesquisa através de suas falas, pois a análise de conteúdo procura conhecer o significado para além das palavras em si (Bardin, 2011).

O tratamento dos resultados consistiu em análise profunda do conteúdo das entrevistas, envolvendo primeiro a organização de uma matriz, apresentando não só as categorias e subcategorias, mas também a descrição, computando-se as frequências referentes às categorias/subcategorias confirmadas ao longo da análise. Como consequência de elementos comuns e recorrentes, algumas unidades de registros puderam ser agrupadas, o que traçou um perfil básico da realidade a ser estudada.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A implantação de uma proposta de tele-educação interativa apresenta complexidades inerentes a sua própria dinâmica, acrescida da dificuldade da rede de saúde, com ênfase aos gestores, em disponibilizar horas de trabalho efetivo de atendimento à população para a realização da política de educação permanente em serviço. Optou-se, para a análise da categoria analítica principal (tele-educação interativa como ferramenta para a educação permanente), em apresentar as subcategorias que emergiram das falas dos entrevistados, em três dimensões de análise.

O primeiro deles focado na condição do curso, avaliando sua qualidade, pertinência da temática e a propriedade da tele-educação interativa em si. Como segundo foco de análise, as dificuldades e obstáculos de se implantar ações de educação permanente. E terceiro,



a influência dos gestores sobre as ações de educação permanente no desenvolvimento profissional dos atores estudados.

### 3.1 Dimensão tele-educação interativa

O processo de formação profissional pela educação permanente é dependente da disponibilidade e disposição do profissional, bem como da oferta de processos educativos. A tele-educação interativa, por questões óbvias, se apresenta como importante ferramenta por sua flexibilidade de horário e de acesso. A promoção de educação em saúde, mediada pela Internet está cada vez mais consolidada como prática comum (França; Rabello; Magnano, 2019; Godoy; Guimarães; Assis, 2014; Dolny *et.al.*, 2019).

Esse é o ponto recorrente nas falas, como:

*[...] ah, eu gosto, acho muito prático. Você não tem que ir a todas as aulas presenciais. Então, a internet facilitou muito a nossa vida, muito mesmo (E2).*

*[...] É uma ferramenta válida, pois nem sempre a gente tem a disposição de ir até o local, a gente ganha tempo e adequação dos horários pra fazer o estudo mesmo (E7).*

A educação a distância ou tele-educação interativa tem sido amplamente utilizada nas diversas atividades relacionadas ao ensino e aprendizado. Ainda considera como importante alternativa para o acesso dos trabalhadores das redes de saúde às ações de formação profissional, além de gerar economia pela diminuição de despesas com gastos de viagens (França; Rabello; Magnano, 2019; Oliveira *et al.*, 2015).

Todos os profissionais participantes da pesquisa evidenciaram o benefício do EaD em relação ao fato de se evitar o deslocamento, rompendo barreiras como distância, tempo e custo. A constatação é imediata e fica evidente nessa fala:

*[...] Só o fato de você não ter que se deslocar é muito bom. Então você tem realmente a possibilidade de, se não conseguir fazer durante teu horário de trabalho, fazer no período livre que você tem (E9).*

No município estudado, se o profissional de saúde tivesse de se deslocar do seu ponto de trabalho para receber treinamento presencial, haveria distâncias superiores a 20km, com até uma hora para o deslocamento. As falas dos participantes da pesquisa também apontam para a facilidade de acesso à informação conforme reportado pelos respondentes.

*[...] Nós, médicos e profissionais da área de saúde, temos a obrigação de estar se reciclando, buscando novas informações. [A EAD] é um mecanismo importante, até pelo nosso estilo de vida, a gente trabalha muito, não tem tempo de pegar um livro, ler (E3).*





Mas há de se atentar para o fato de a tele-educação interativa ser apenas uma ferramenta. A disposição do profissional da saúde, vinculado ao serviço, para a educação permanente está na perspectiva de ser capaz de solucionar os problemas cotidianos.

Para a ressaltar a importância da EPS é preciso realizar a problematização do processo de trabalho no processo formativo, para atender as necessidades da população envolvida, transformando as práticas de saúde (Ceccim, 2005; Ceccim; Feuerwerker, 2004; Higashijim; Ferla; Santos, 2022). Isso também ficou claro na presente pesquisa, como se apresenta nos seguintes excertos:

*[...] Ele traz muito a nossa realidade, o sistema é prático, o serviço é prático. [...] A gente percebe que os conteúdos são extremamente voltados para nossa prática, voltados para aquilo que a gente vivencia. Então é muito válido, é muito bom (E8).*

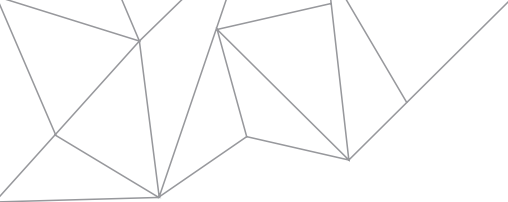
A tele-educação interativa, portanto, desde que vinculada ao interesse concreto do profissional, é capaz de ser significativa para a melhoria do serviço. Não é o escopo do presente trabalho analisar o efeito direto do curso proposto na prática profissional, porém, entende-se que o primeiro passo para a mudança deve ser o processo reflexivo sobre a própria prática e envolvimento dos atores no processo.

Os atores em formação deverão experienciar novas propostas pedagógicas que sejam capazes de mediar a construção do conhecimento e dos perfis subjetivos (Brasil, 2018a). A EPS tem como objetivo qualificar o processo de trabalho em saúde para a melhoria do acesso, da qualidade e da humanização da atenção à saúde. Por isso, seu processo educativo se constrói a partir da análise do cotidiano do trabalhador, integrando ensino, serviço, docência e saúde (Farias; Rocha; Cavalcante, 2017; Cavalcanti; Guizardi, 2018; Dolny *et al.*, 2019).

As metodologias próprias à promoção da saúde exigem o domínio técnico e tecnológico típico das práticas da saúde. E as declarações revelam, por parte dos profissionais, a dimensão da qualificação profissional como importante estratégia para atualização de novos conhecimentos. Novos conhecimentos e a reafirmação do sabido não praticado está aqui expresso:

*[...] porque tinha algumas coisas que eu não sabia, que acabei aprendendo com o curso. Todo aquele material foi muito fácil de entender e de grande valia. Pelo menos para mim foi de grande valia. Acrescentou bastante no meu dia a dia [...]. [Por exemplo] o PPD, não tinha o hábito de pedir (E6).*

As unidades de registro, referentes a necessidade de atualização em tuberculose, revelam o reconhecimento de suas deficiências no conhecimento e apontam para a mudança no cotidiano profissional após a realização do curso. Referem também a possibilidade



de esclarecimentos de dúvidas, troca de experiências com outros profissionais e o desenvolvimento da reflexão crítica em relação às informações adquiridas.

A incorporação dessas tecnologias está ocasionando transformações no cotidiano do trabalho em saúde; são ferramentas que permitem a rápida socialização das informações, possibilitando a capacitação permanente da equipe (França; Rabello; Magnano, 2019).

Considerando o cenário epidemiológico regional, a promoção da capacitação das equipes de saúde em TB, é essencial, para que instituem a avaliação em seus processos de trabalho e possam contribuir com o êxito na luta contra a tuberculose (Santos; Nogueira; Arcêncio, 2012).

Conclui-se, portanto, que o uso da tecnologia de educação a distância configura-se como uma importante ferramenta que pode impactar positivamente a qualificação da prática de cuidados da rede de serviços do SUS, em especial na atenção primária à saúde. E que os relatos dos entrevistados apontam para a importância do processo de desenvolvimento profissional pela educação permanente, utilizando-se da tele-educação interativa como ferramenta para a capacitação profissional, além de demonstrar satisfação e reconhecimento sobre a importância da incorporação desta tecnologia no seu cotidiano.

A tele-educação interativa pode ser bem aceita como estratégia para a educação permanente, segundo essa afirmação obtida:

*[...] O conteúdo é excelente, excelente. Não foi cansativo porque foi dividido em módulos semanais, então não foi cansativo não. Dava para fazer, participar, fazer as tarefas tranquilamente. [...] é uma maneira que possibilita aos profissionais de se atualizar sem demandar muito tempo. É como se mastigasse a informação e desse de uma maneira mais agradável para pessoa absorver. Bem interessante (E3).*

A utilização das TIC é uma estratégia que apoia a aprendizagem on-line (por meios virtuais) e possibilita o desenvolvimento de diversas competências nos trabalhadores de saúde (França; Rabello; Magnano, 2019; Ferreira *et al.*, 2019).

### 3.2 Dimensão estrutural

Como já apresentado, o desenvolvimento profissional é dependente de fatores pessoais de disponibilidade e disposição, porém há de se ter acesso às ações educativas. A principal queixa, evidenciada pelos participantes da pesquisa, centra-se na falta de recursos tecnológicos na unidade. Foi relatado número reduzido de computadores, com casos em que há apenas um computador para a unidade e que se destina para a prática administrativa de agendamento de consultas e acesso aos dados dos pacientes. Deste modo, houve a necessidade de se utilizar o computador residencial. Referem também, a



sobreposição de tarefas que devem ser exercidas pelos profissionais, muitas vezes com demandas excessivas que precisam ser atendidas e resolvidas, assim como relatam para a falta de sensibilização do gestor da unidade. Os respondentes revelam a falta de recurso tecnológico como importante fator que dificulta a prática da tele-educação interativa, conforme exemplificado pelos extratos de suas falas:

*[...] porque tem pouco computador aqui. A recepção é um local muito cheio de gente, os pacientes também veem, reclamam e começam a fazer perguntas. Tinha que ter um computador mais reservado pra gente (E1).*

*[...] Ah, eu acho que não dá pra você fazer um curso por EAD onde você, dentro da unidade, não tem como acessar a internet (E5).*

As falas dos profissionais de saúde retratam a realidade das unidades de saúde. Há poucos computadores, o que dificulta o acesso ao curso. Este fato pode ser constatado pelo levantamento do número de computadores nas unidades, encontrado na ocasião desse estudo.

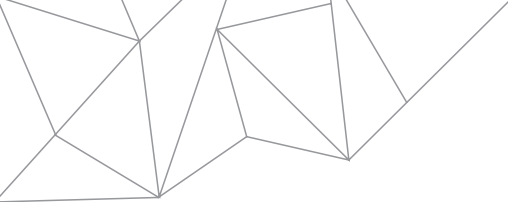
Os escassos recursos tecnológicos e as condições inapropriadas de trabalho não favorecem a um ambiente propício para realização das atividades da tele-educação interativa (Ferreira *et al.*, 2019; Silva; Scherer, 2020).

### 3.3 Dimensão política

Toda a cadeia de gestores dos servidores da saúde pode trazer comprometimento para o desenvolvimento profissional. No que tange aos aspectos organizacionais, constata-se a necessidade de planejamento, mudanças administrativas e adaptação das atividades no cotidiano dos profissionais para alcançar a sua sustentabilidade. As dificuldades para o acesso a EAD foram apresentadas por outro estudo que analisam questões de organização do trabalho, como a disponibilidade de tempo, são fundamentais para o acesso à ferramenta, assim como a postura política do gestor (Andrade, 2013). É possível constatar que esses obstáculos também estão presentes na pesquisa.

*[...] para você ter uma ideia, mudei minha carga horária de trabalho, estou entrando às 7h da manhã. Porque, das 7 às 8 horas, eu consigo produzir, porque depois desse horário, começo a atender as pessoas. Todo mundo chega para conversar, resolver problemas. [...] Eu só vou ter tempo de fazer [o curso] em casa. O curso inteiro eu fiz lá (E8).*

Outro aspecto relevante apresentado pelos respondentes diz respeito à sobreposição de tarefas exercidas pelos profissionais de saúde. Barros e Cardoso (2008) confirmam essa assertiva, em estudo realizado em Belo Horizonte que revelou a dificuldade dos profissionais de saúde em conciliar as atividades de educação permanente com as suas



demais atribuições. Nicolini (2006) e outros autores também tratam dessa temática ao considerar que a educação permanente demanda uma série de alterações nos processos de trabalho (Ferreira *et al.*, 2019; Silva; Scherer, 2020; Campos; Sena; Silva, 2017).

A falta de tempo durante o horário de trabalho para o acesso ao curso e a carência de computadores disponíveis nas unidades foram desafios relatados pelos profissionais. Mas outro importante obstáculo refere-se ao papel do gestor dos serviços de saúde. A falta de estrutura para a realização do curso dentro do horário de trabalho, conforme a proposta apresentada pela Universidade e esperada pelo sistema de saúde, foi reputado aos gestores. As falas dos participantes demonstram essa insatisfação:

*[...] não tivemos folgas para acessar em casa (E1).  
[...] A gente já está acostumada a essa condição. Mas quando você está a fim de fazer, você acaba lançando mão de recursos próprios mesmo. Fiz na minha casa... e não adianta ficar esperando que eles deem computador para gente (E2).*

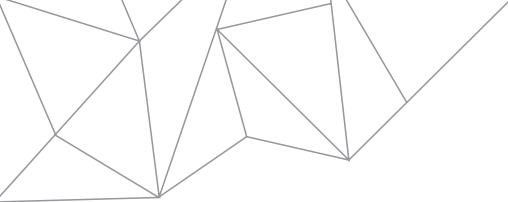
Considerando que a ferramenta da tele-educação interativa é de grande relevância para a qualificação do profissional, faz-se necessária a conscientização por parte dos gestores da importância da educação permanente destes profissionais, inclusive no horário de trabalho, além de prover a estrutura e a organização necessárias, aumentando, assim, o estímulo a estes trabalhadores para que superem suas dificuldades no manejo das tecnologias e que possam usufruir de seus benefícios. Cabe ao gestor dos serviços oferecer espaço nos ambientes de trabalho para otimizar e democratizar a utilização dos equipamentos e tecnologia disponíveis (Silva; Scherer, 2020).

*[...] se não dá condições de usar dentro do trabalho, ao menos poderia liberar um período (E1).  
[...] Eu acho importante que, se o profissional tiver que fazer, ele realmente precisa de pelo menos um meio-período na semana para se ater a isso (E6).*

Os estudos mostram o desafio para incorporar a tele-educação interativa como prática no cotidiano dos serviços, mesmo que, do ponto de vista normativo esteja contemplado e pactuado com os gestores, uma vez que nem sempre essa disponibilização de tempo e espaço ocorra. Alguns pesquisadores consideram a educação a distância um dispositivo capaz de contribuir para o fortalecimento dos trabalhadores e para a qualificação do trabalho em Saúde no SUS (França; Rabello; Magnano, 2019; Silva; Scherer, 2020).

O conhecimento dos gestores dos serviços de saúde em relação à tele-educação interativa é decisivo para sua efetivação, portanto, sensibilizá-los é um desafio para a sua implementação (Dolny *et al.*, 2019; Macêdo; Albuquerque; Medeiros, 2014).

Para Oliveira (2015) o interesse político pode influenciar tanto positivamente, quanto negativamente na concretização da EPS no ambiente de trabalho. Faz-se necessário



conscientizar os gestores acerca da importância dessa ferramenta como transformadora do processo de trabalho e promover a articulação entre a EPS e a tele-educação interativa, contribuindo para o fortalecimento do SUS (Dolny *et al.*, 2019; Jesus; Rodrigues, 2022; França *et al.*, 2017).

O estudo revelou que os profissionais de saúde ficaram satisfeitos com o curso, evidenciado por suas considerações demonstrando identificação do conteúdo apresentado com as expectativas dos profissionais. Consideraram que os resultados são positivos em vários cenários, ressaltando a tele-educação interativa como importante ferramenta para capacitação profissional. Destacam em seus relatos a necessidade de atualizações constantes, conforme as falas expressam:

*[...] você tem que estar sempre renovando, porque a gente trabalha num ambiente multidisciplinar, então são várias áreas de atenção. Acho muito eficiente, a parte teórica foi excelente (E2).*

*[...] o conteúdo foi maravilhoso [...] muitas coisas, a gente já viveu, já viu, mas tinham coisas inéditas e que eu achava que tinha esgotado tudo de TB, mas não. Os vídeos trouxeram coisas novas, de como manejar, postura... de como ter o manejo realmente clínico com relação a TB (E8).*

O acesso à tele-educação interativa potencializa a disseminação do conhecimento, permitindo que os profissionais possam acessar os conteúdos de forma individualizada e interativa, conduzindo seu aprendizado, o qual poderá ser mais significativo de acordo com o grau de interação entre os participantes do processo. A ampliação da adoção de TIC como ferramenta para a EPS devem ser estimuladas, sua utilização deve ser uma estratégia importante para a gestão da educação na saúde (Macedo; Albuquerque; Medeiros, 2014; Fonseca; Junqueira, 2014; França; Rabelo; Magnano, 2019).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apartir deste estudo foi possível observar a ampla possibilidade de intervenção da tele-educação interativa como importante ferramenta para a EPS. A aplicação desta tecnologia não é recente e pode ser utilizada de diferentes formas, em diversas conceituações. Os relatos dos entrevistados transmitiram a importância do processo de desenvolvimento profissional pela EPS, além de demonstrar apreço e reconhecimento da importância da incorporação desta tecnologia no seu cotidiano.

Destacou-se neste estudo a possibilidade de se avaliar os resultados de forma imediata, tão logo após a realização do curso EaD, considerando-se os exemplos concretos de mudança na atuação profissional. Esta constatação corrobora a importância das TICs, demonstrando impacto positivo na qualidade da assistência aos usuários do SUS.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE Glenda Batista de Almeida. **Telessaúde na perspectiva dos profissionais das equipes de saúde da família no Estado de Goiás**. Goiás: Universidade Federal de Goiás, 2013. 108 p.

BARBOSA Alexandre F. Coordenador. **TIC Saúde 2014**: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos estabelecimentos de saúde brasileiros. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2015.

BARDIN Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Kátia Adriana Alves Leite; CARDOSO, Ana María Pereira. Avaliação da usabilidade dos sistemas de teleconsultoria médica usados na atenção primária em Belo Horizonte. **Revista Textos de la Ciber Sociedad**, Barcelona, 2008. Disponível em: <http://www.cibersociedad.net/textos/articulo.php?art=223>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 ago. 2007. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt1996\\_20\\_08\\_2007.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt1996_20_08_2007.html). Acesso em: 1 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento?** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Manual técnico 2018 - **Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no SUS - PRO EPS-SUS**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009. (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Série Pactos pela Saúde, v. 9, 64 p.).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Política de educação e desenvolvimento para o SUS: caminhos para a educação permanente em saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.





BRASIL. Portaria GM/MS nº 1.574, de 8 de julho de 2021. Altera a Portaria GM/MS nº 3.194, de 28 de novembro de 2017, que dispõe sobre o Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no Sistema Único de Saúde (PRO EPS-SUS). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 08 jul. 2021. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2021/prt1574\\_12\\_07\\_2021.html#:~:text=Alterar%20a%20Portaria%20GM%2FMS,\(PRO%20EPS%2DSUS\)](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2021/prt1574_12_07_2021.html#:~:text=Alterar%20a%20Portaria%20GM%2FMS,(PRO%20EPS%2DSUS).). Acesso em: 1 jul. 2024.

BRASIL. Portaria nº 3.194 GM/MS, de 27 de novembro de 2017. Dispõe sobre o Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no Sistema Único de Saúde - PRO EPS-SUS. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 nov. 2017. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3194\\_30\\_11\\_2017.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3194_30_11_2017.html). Acesso em: 1 jul. 2024.

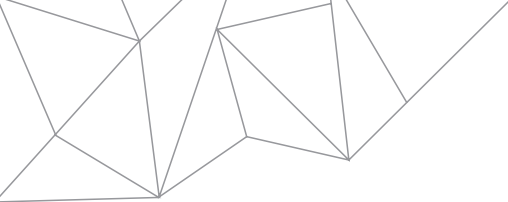
BRASIL. Portaria GM nº 198, de 13 de fevereiro de 2004. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 13 fev. 2004.

BRASIL. **Portaria de consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017**. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde. Brasília, DF, 28 set. 2017. Disponível em: [https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/202005/10\\_portaria\\_de\\_consolidacao\\_n\\_2\\_2017\\_contratualizacao\\_cosems.pdf](https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/202005/10_portaria_de_consolidacao_n_2_2017_contratualizacao_cosems.pdf). Acesso em: 10 jun. 2024.

CAMPOS, Kátia Ferreira; SENA, Roseni Rosangela; SILVA, Kênia . Lara. Permanent professional education in healthcare services. **Escola Anna Nery**, [S.l.], v. 21, n. 4, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/9vD6Ww7FyM9qHFKqgrRkT3c/?format=pdf&lang=em>. Acesso em: 1 jul. 2024.

CAVALCANTI, Felipe Oliveira Lopes; GUIZARDI, Francini Lube. Educação continuada ou permanente em saúde? análise da produção Pan-Americana da saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 99-122, jan. 2018.

CECCIM, Ricardo B.; FEUERWERKER, Laura C. M. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 41-65, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312004000100004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/GtNSGFwY4hzh9G9cGgDjqMp/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2024.



CECCIM, Ricardo Burg. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 9, n. 16, fev. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/jC4gdtHC8RPLWSW3WG8Nr5k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2024.

DOLNY, Luise Lüdke; LACERDA, Josimari Telino de; NATAL, Sonia; CALVO, Maria Cristina Marino. Serviços de Telessaúde como apoio à Educação Permanente na Atenção Básica à Saúde: uma proposta de modelo avaliativo. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 23, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/Interface.180184>. Acesso em: 10 jun. 2024.

FARIAS Quitéria Larissa Teodoro *et al.* Implicações das tecnologias de informação e comunicação no processo de educação permanente em saúde. **Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**, [S./], v. 11, n. 4, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.29397/reciis.v11i4.1261>. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1261>. Acesso em: 1 jul. 2024.

FERREIRA Lorena *et al.* Educação Permanente em Saúde na atenção primária: uma revisão integrativa da literatura. **Saúde debate**, [S./], v. 43, n. 120, jan. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912017>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/3wP8JDq48kSXrFMZqGt8rNQ/?lang=pt>. Acesso em: 1 jul. 2024.

FONSÊCA, Graciela Soares; JUNQUEIRA, Simone Rennó. Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde da Universidade de São Paulo (Campus Capital): o olhar dos tutores. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S./], v. 19, n. 4, p. 1151-1162, abr. 2014.

FRANÇA, T.; RABELLO, E. T.; MAGNAGO, C. As mídias e as plataformas digitais no campo da Educação Permanente em Saúde: debates e propostas. **Saúde em Debate**, [S./], v. 43, n. especial, p. 106-115, ago. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S109>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/GsRWdhS9VztCddQjNT46RkN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2024.

FRANÇA, Tânia *et al.* Política de Educação Permanente em Saúde no Brasil: a contribuição das Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 6, p. 1.817-1.828, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017226.30272016>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141381232017002601817&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232017002601817&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 10 jun. 2024.

GODOY, Solange Cervinho Bicalho; GUIMARÃES, Eliane Marina Palhares; ASSIS, Driely Suzy Soares. Avaliação da capacitação dos enfermeiros em unidades básicas de saúde por meio da tele-enfermagem. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 14, n.1, p. 148-155, mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/QnY7pK3T94rLgRCcqSxfmtg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2024.



HIGASHIJIMA, Marcia Naomi Santos; FERLA, Alcindo Antônio; SANTOS, Mara Lisiane Moraes dos. Educação Permanente em Saúde: colocando em análise a produção de conhecimento. **Saúde em Redes**, [S.l.], v. 8, 2022. DOI: <https://10.18310/2446-4813.2022v8nsup1p57-73>. Acesso em: 10 jun. 2024.

JESUS, Josefa M.; RODRIGUES, Waldecy. Trajetória da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde no Brasil. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 20, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs1312>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/GP8Tbc45LMsFMNvd8fbx9fz/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2024.

LORENZETTI, Jorge. *et al.* Tecnologia, inovação tecnológica e saúde: uma reflexão necessária. **Texto & Contexto - Enfermagem**, [S.l.], v. 21, n. 2, abr. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072012000200023>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/63hZ64xJVrMf5fwsBh7dnnq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 1 jul. 2024.

MACÊDO, Neuza Buarque de; ALBUQUERQUE, Paulete Cavalcanti de; MEDEIROS, Kátia Regiane de. O desafio da implementação da educação permanente na gestão da educação na saúde. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v.12, n. 2, p. 379-401, maio/ago. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462014000200010>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MERHY Emerson Elias; GOMES Luciano Bezerra. Colaborações ao debate sobre a revisão da política nacional de educação permanente em saúde. *In*: GOMES, L. B.; BARBOSA M. G.; FERLA, A. A. (orgs.). **A educação permanente em saúde e as redes colaborativas**: conexões para a produção de saberes e práticas. Porto Alegre: Rede Unida, 2016. p. 67-92.

NICOLINI, Davide. The work to make telemedicine work: a social and articulate view. **Social Science & Medicine**, [S.l.], v. 62, n. 11, p. 2754-2767, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2005.11.001>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16343724/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

OLIVEIRA, Dulcineide Gonçalo *et al.* Análise da implantação do Programa Telessaúde Brasil em Pernambuco, Brasil: estudo de casos. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 31, n. 11, p. 2379-2389, nov. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00125914>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/DymDy3qyv8DTfjcmR3FhcQp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 1 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Estratégias de recursos humanos para o acesso universal à saúde e a cobertura universal de saúde**. Washington, DC: OPAS, 2017.



PINTO, Hêider Aurélio. Política nacional de educação permanente em saúde: aprender para transformar. *In*: GOMES, Luciano Bezerra; BARBOSA, Mirceli Goulart; FERLA, Alcindo Antônio (orgs.). **A educação permanente em saúde e as redes colaborativas: conexões para a produção de saberes e práticas**. Porto Alegre: Rede Unida, 2016. p. 23-65.

SÃO PAULO. Secretaria do Estado. Centro de Vigilância Epidemiológica Prof. Alexandre Vanjrac. Coordenadoria de Controle de Doenças. **Boletim Especial de Tuberculose de 2006 a 2020**. São Paulo, 5 out. 2021.

SANTOS, Tatiana Maria Melo Guimarães dos; NOGUEIRA, Lídyia Tolstenko; ARCÊNCIO, Ricardo Alexandre. Atuação de profissionais da estratégia saúde da família no controle da tuberculose. **Acta Paulista de Enfermagem**, [S.l.], v. 25, n. 6, p. 954-961, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002012000600020>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/kn4X9BWd6pS7RKGtKR8Qh9L/>. Acesso em: 1 jul. 2024.

SILVA, Cláudia Brandão Gonçalves; SCHERER, Magda Duarte dos Anjos. A implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde na visão de atores que a constroem. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [S.l.], v. 24, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/Interface.190840>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/wSmkML5zgMkhhS8WmRYsKpm/?lang=pt>. Acesso em: 1 jul. 2024.